

## OS ONZE NOVEMBROS DE CERTEZA

MARIA THERESA ABELHA  
(UFRJ)

O verdadeiro poema é uma fulgurante agonia ou um êxtase precário, conciliação impensável e todavia existente da nossa realidade e do nosso sonho.

Eduardo Lourenço<sup>1</sup>

Comemorando a Independência de Angola, em cinco novembro sucessivos (de 1976 a 1980), o escritor Manuel Rui publicou onze poemas<sup>2</sup> que, em 1985, foram reunidos, em ordem outra, no livro **Cinco vezes onze poemas em novembro**<sup>3</sup>. A *intentio auctoris*<sup>4</sup> que presidiu ao remanejamento dos poemas entre as sugestivamente bem nomeadas treze seções de que o livro se compõe enseja uma dupla trajetória: a de um lirismo que é discurso do mundo e a do poema que só é mundo em discurso.

Dessas trajetórias, a primeira tece o caminho de um país, da aurora de sua gênese na “Manhã de 11 de novembro” (pp.11-22) à noite de um mar-amar compartilhado, iluminada pela soberana certeza de que a dominação branca definitivamente se ausentou do angolano solo, certeza que nasce na metáfora de uma “estrela polar” que já não há (p.148). Os poemas traçam a saga de um povo e de uma nação em busca de sua identidade, por sendas de lágrimas, atalhos de lutas, veredas de perdas e praças de vitória onde nova bandeira se ergue. Das lágrimas de dor às de felicidade é o caminho que se percorre como um produto da história angolana e que convém ler no espelho da mesma história. A *intentio*

---

<sup>1</sup> LOURENÇO, Eduardo. **Tempo e poesia**. Lisboa, relógio d`água , 1987. p.119.

<sup>2</sup> Os poemas vieram à luz nos números 1, 4, 10, 25 e 30 dos **Cadernos Lavra & Oficina**, editados pela União dos Escritores Angolanos.

<sup>3</sup> RUI, Manuel. **Cinco vezes onze poemas em novembro**. Lisboa, Ed. 70-União dos Escritores Angolanos, 1985.

<sup>4</sup> ECO, Umberto. **Interpretação e Sobreinterpretação**. Lisboa, 1992. p.31.

*operis*<sup>5</sup> oferece ao virtual leitor a inteligibilidade que é a mesma que o tempo acrescenta ao tempo que passou. Os poemas adquirem o estatuto de memória, já numa época pós-independência, em que a utopia, que de revolta e angústia se alimentara no passado, topia se fizera. Não é inocente uma das treze seções do livro se chamar “Memória”.

O transformar o inferno real da guerra, quando “a água sem feijão fervia na panela” (p.77), “se beberam lágrimas onde secaram fontes” e “se comeu a fome onde acabou o pão” (p.15), no possível céu da liberdade é o tema que se desenvolve em poemas que recuperam o passado que com passos guerrilheiros dias magníficos sonhara. Toda essa memória traduz poesia como resolução que pela magia das palavras se dá ao tempo, às coisas e aos encontros, quando os atos são difíceis e o real é desolação. Tal caminho da memória didaticamente se representa, promovendo uma lição de vida: o que existe no horizonte é tão-somente o que cada um consentir em criar. Refratada por semelhante prisma, a própria história é o que dela se faz. O conteúdo didático se encerra numa óbvia semântica que diz o quadro referencial sócio-político a partir de uma voz apelativa que subjaz aos poemas.

O sujeito poético, na coragem da comunicação, analisa os compartimentos raciais forjados pelo colonialismo e pela assimilação, num protesto que é, simultaneamente, a memória da cólera, revolta e dor de um passado de misérias e sangramentos e a certeza da fecundação revolucionária, da reconstrução nacional. Esse percurso, preso ao *ethos* do MPLA, é forjado por um verbo de sagração da vitória que redescobre mitos e originários símbolos, convoca um conteúdo africano através da recitação de lendas, da pintura de cenários, da entronização de um vocabulário proveniente das línguas nativas.

Na infância da terra, em soberana nação transformada, o que se pede ao tempo e aos poemas é que promovam o reencontro com a identidade étnica e cultural. Num discurso liberto do narcisismo lírico, o **eu** abraça a coletividade, buscando enlaçar, também, o leitor, na empatia de um **nós** inclusivo e envolvente. Habitante desse **nós**, o leitor se faz parceiro do delírio revolucionário de iluminar as trevas sem escurecer o sonho e do anseio de fazer do sonho a realidade que liquida exércitos e enxuga lágrimas. Contra as armas dos colonizadores que “Vêm de longe[...] transportadas” (p.12), não interessa saber quem primeiro atirou: “Fomos todos / Com as munições do ódio / e a raiva do amor / Fomos todos” (p.12). A silepse que se repete sublinha que uma “poética da libertação” só se compreende na primeira pessoa do plural.

---

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.* p. 31.

A “Manhã de 11 de novembro” se ergue na aprendizagem de um tempo que apaga o peso da dominação portuguesa, alterando as marcas do colonizador, a começar pelo mar: “o velho mar / de sal sabendo a tempo antigo” (p.11) era o da opressão, mar singrado por negreiras naus no passado remoto e por navios guerreiros no passado próximo. De sangue se pintava a marinha do velho tempo. A do novo tempo, celebrado em novembro, tem outra cor e outros personagens porque: “é novo este azul tela rasgada / e novo o nosso olhar / É nova esta forma gestual de espuma / feita sabor de amor de guerra e de vitória / em nossas bocas férteis em nossas pálpebras / de antigo medo clandestino / soletrando a lágrima / quando era o nosso mar recordação também / escravizada / [...] /Nós e as coisas / Nada permanece que não seja / para a necessária mudança / Que o diga o mar” (pp.109-111).

Esse mar novo, que na angolana terra se espraia, altera-lhe a feição. Angola já não se reconhece como a colônia do Ultramar, mas como a terra “Ultra de mar” (p.17), saturada do marinheiro fado dos colonizadores. Angola se experimenta livre na recusa da “cultura ocidental palmatoada” (p.18), pois a Independência instaurou um outro saber, registrado num “abecedário novo” (p.18), entronizou outros deuses, celebrados por outra ladainha, introduziu outra ideologia “e onde era catecismo / lê-se `o capital” (p.101). Toda essa revolução é o ponto de chegada de uma longa *via crucis*, de um outro caminho salvífico, civicamente percorrido por lutas e sacrifícios. O herói desse sacri-cívico caminhar é o povo angolano que entre os “estilhaços de uma noite insone” (p.21) abriu picadas nas matas, suportou “o sol quente” (p. 21) e saciou a sede com a seiva de um “rugoso cacto” (p.21).

No exercício de revisão da história passada, à memória compete a recordação dos construtores da nacionalidade (toma-se, aqui, recordação no seu sentido etimológico: passar de novo pelo coração). Recitar os heróis é recriá-los no presente. Dessa celebração não se pode ausentar o “pioneiro”, herói infantil a quem calhou, entre “tanta brincadeira não brincada” (p.33), a sina de se inventar guerrilheiro, “mastros único” (p.33) de uma jovem bandeira.

Agostinho Neto é o grande chefe nomeado. Rememorá-lo é ritual necessário para que viva se mantenha a liberdade que ele cantou e ajudou implantar. Um lugar se escolhe para a celebração do chefe: “A praça de Maio” (pp.49-52), ponto de concentração do povo e de abolição das diferenças. A praça metonimiza a nação, por isso se representa como mapa do país: “de Cabinda a norte e Cunene a sul” (p.49). Na praça, o chefe se transforma em mito fecundante de um povo a quem a morte não rouba a “sagrada esperança”. Por isso o aedo o invoca para restaurar o ânimo da nação enlutada que o chora: “Ergue-te Chefe Comandante / acorda este cortejo de insônia / proíbe o nosso choro / comanda o nosso grito / que jamais na pátria tu estarás ausente” (p.61).

Essa eternidade do “Camarada Presidente” se inscreve, ainda, nos sonhos que estão por realizar, nas sendas por abrir, na simbologia da estrela que faz brilhar na bandeira o desejo de semear “Novembro em toda parte” (p.43).

É papel desta “Poesia Necessária” (p.65) denunciar os interesses internacionais que podem barrar as angolanas perspectivas. A voz lírica chama a atenção para a falsidade dos países ricos, para o engodo das campanhas beneméritas, para o perigo do imperialismo que se esconde atrás dos dólares emprestados e, ironicamente, desmonta os alicerces do poder dos grandes magnatas através da carnavalização. Exibe, então, Kissinger “sentado num penico / com uma indigestão de petróleo / varizes estratégicas e ‘pé-de-atleta’ no Atlântico Sul” (p.79), preenche o papel higiênico com “telexes da France Press” (p.79), transforma Vorster na “figura de um travesti sensual” (p.80) e faz um “pioneiro” urinar no Mirage.

Se “toda a escrita manifesta e produz a sua própria necessidade”<sup>6</sup>, a primeira isotopia em que se bifurcam os poemas recambia os símbolos do passado (como a estátua da Maria da Fonte que foi substituída pelo tanque blindado) para novos símbolos instaurar: bandeira, cacto, flor, vento, sol, pão. Nessa troca de símbolos, os sentidos são convocados para a produção do sentido. Com “olhos de ver e de cheirar / coisas pelo sabor que se adivinha” (p.68) é apresentada uma outra versão da história, enquanto se comprova que as plurais trevas podem cercar a poesia mas nunca serão capazes de dissolvê-la ou enfraquecer sua fecundante réstia de claridade, afinal “Cada sombra é um sinal de luz” (p.133).

Na primeira leitura proposta pelos versos de Manuel Rui, a palavra diz um mundo em seu projeto de liberdade. A segunda leitura se faz na convicção de que “Só a palavra poética é libertação do mundo”<sup>7</sup> e de que a poesia é a fogueira onde se queima o real. Da arquitetura incandescente das palavras emerge a substituição da referência à realidade, enquanto representação, pela linguagem mesma. Da mancha tipográfica que de imaginação tinge as páginas do livro, aflora um verbo soberano a que se confere realidade plena. Topicamente, o livro se torna permanente campo de batalha em que se opera a revolução da realidade. Filtrada por esse outro cristal, a poesia do escritor angolano é decantada da história e encantada dela mesma. Inúmeras são as marcas de auto-reflexividade que o comprovam e o país que se inventa novo é a palavra fecundante que o faz nascer, porque “De palavras novas também se faz país / neste país tão feito de

---

<sup>6</sup> LOURENÇO, Eduardo. *op. cit.* p. 11.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem.* p. 40.

poemas” (p.65). Os poemas são o resultado operante de uma alquimia que não só exprime um mundo mediatizado pela palavra como, em sentido literal, o cria.

Todo o percurso da memória se compreende como trabalho da linguagem, consciência oficinal dos complexos meandros do poeta. A realidade recordada se concentra num metaforismo radical, vigília poética que só reconhece o mundo ao transfigurá-lo.

Só na página branca, a **enxada é chuva**, o **torno é suor**, a **arma é orvalho**, a **onda é pergunta** quando se trata de “Lágrima”. O elemento líquido que congrega todas essas metáforas se esclarece na medida que patente se torna ser o percurso de provações e feridas fruto da palavra, porque de “letras a chorar” (p. 57) o poema se compõe. Só na página branca, “colheitas são palavras nascituras” (p. 29), pois só neste chão é possível semear versos. **Flor, grão, vento** são, assim, vocábulos eleitos para representarem as mudanças que se processam no interior dos poemas. Na transposição de sentido que se estabelece entre o trabalho agrícola e o poético, lê-se a lucidez de quem se sabe “à porta de um poema, sentinela em guarda” (p.13). Só na página branca, as figuras de retórica podem ser cristalizadas. A hiperbólica expressão “mar de gente” em dínamo capaz de proporcionar a alteração da nomenclatura se converte, quando “até o velho mar [...] anda a bocar à toa que é mar novo / mudou de nome / diz chamar-se povo” (p.11). Só na página branca, metonimicamente, o “mar-povo” em “mar-mulher” se transforma e a reconstrução do mundo acontece através do rosto amado, com a violência que é, antes de tudo, aquela das insólitas associações que brilham no erótico fogo da alquimia verbal, fogo que como o outro — o da paixão — não reconhece limites, permitindo, portanto, cantar “Trazias tanto mar na pele dos dedos” (p. 149), porque só a poesia modela em **espuma, sal e onda** um corpo onde outro navega, naufraga e vive. Só na página branca se rende tributo ao canto que se reconhece gêmeo e com que se estabelece um diálogo que diz do fervor pela poesia. Dos poetas, possuidores do fogo da alquimia verbal, o eu-lírico, qual Prometeu, extrai o segredo da transfiguração que transforma em ouro a impotência do dicionário. Assim, nas entrelinhas de muitos poemas que configuram o cenário do “mar novo”, ouvem-se ecos dos poetas Camões e Fernando Pessoa que o “mar antigo” cantaram. E se tais ecos vêm carregados de estranhamentos — afirmações da identidade — outros há que são tributos aos dois poetas portugueses: é com a forma do soneto camoniano que se celebra o “Amor” (p.152) assim como, com a pessoana “Chuva” (p.121), é que se aciona a memória através de imagens interceccionistas. Concretizada está a astúcia literária por excelência, o jogo intertextual.

Este segundo caminho proposto por **Cinco vezes onze** leva ao reino absoluto da poesia que, como o de Deus, tem muitas moradas. Saber habitá-las

é reunir ação e verbo e operar a tão almejada “conciliação impensável e todavia existente da nossa realidade e do nosso sonho”. Manuel Rui as soube habitar.